

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Data:	1º-04-2022
Local:	Google Meet
Horário:	15hs
Participantes:	<ul style="list-style-type: none">• Maria Augusta Kinnemann, Segesp• Adriane R Quevedo, Segesp• Daniela Timm de Oliveira, Segesp• André Farias, Setic• Marcelo Zambiasi, Setic• Marcia de Lima Costa, Setic• Paulo do Carmo, Setic• Eder Scherer Oliveira, Secof• Cesar Collatto, Secof• Flamarion K de Lima, Secof• André Roberto M Marinho, Secof• Graziela D. Xavier, Seama• Cristina Schiavon, Seama• Lara Gobhardt Martins, EJ• Diogo de Seixas Grimberg, EJ• Denis Ricardo Schorr, EJ
Objetivo Geral:	Monitorar andamento do projeto.
Validação da ata anterior:	Será enviada por e-mail para validação.
Assuntos tratados e deliberações:	<p>Maria Augusta abriu a reunião consultando os presentes sobre a validação da ata de 18-03: validada. A seguir, foi passada a palavra ao Diogo e a Lara.</p> <p>Diogo falou do que foi tratado na última reunião, de cujo conteúdo tomou conhecimento por colegas da Ejud, eis que então participava de evento junto ao Conselho Nacional das Escola Judiciais, e esclareceu, relativamente ao tema alimentação do sistema RH, que a intenção da Escola em deixar de alimentá-lo não se sobrepõe ao interesse mais amplo dos demais setores do Tribunal, com os quais a entidade mantém relação de cooperação, enfatizando que a ideia não consiste em prejudicar as rotinas de trabalho desses demais setores, havendo plena disposição de auxiliar no andamento do projeto de implantação do Sigep-JT como um todo.</p>

Maria Augusta, trouxe, ainda, os seguintes pontos, relacionados à Seção de Benefícios:

1. URGENTE! Devido a um bug no Sigep, a SB não está conseguindo, há uma semana +-, lançar novos dependentes, pe: filhos recém nascidos, cônjuges recém casados. A falta deste lançamento deixa de gerar o efeito financeiro esperado pela parte: auxílio natalidade, assistência pré-escolar, dedução para fins de IRRF, etc, e/ou impede a inclusão do novo beneficiário no plano de saúde. Já foi aberto Assyst e Redmine, sendo identificado que se trata, de fato, de bug nacional - sem solução viável pela nossa Setic. Como solução de contorno, o André sugeriu que os processos tramitassem regularmente e fossem encaminhados à Secof para lçto diretamente na folha. Já a Cristina sugeriu, alternativamente, que a Setic fizesse os lançamentos diretamente no banco de dados. Adriane lembrou que há duas pensões penduradas em razão da impossibilidade de lançamento dos dependentes.
2. Preocupação da seção com o esperado aumento do volume de pedidos de AT para casos de tele parcial/trab híbrido, já que sistema não apura automaticamente, devendo a SB lançar pagamentos e devoluções manualmente em poucos dias, diante da data de fechamento da folha. Entre ontem e hj, pe, haviam cerca de 30 pedidos. Neste sentido, Cristina verificou que já existe Redmine #46291, aberto pelo próprio TRT2, cujo atendimento está priorizado. Entretanto, sem previsão de atendimento. Sugerido ao André que seja submetida à Administração a possibilidade de, nestes casos e até que o sistema nacional seja acertado, o pagamento ocorra de forma retroativa, o que aumenta o número de dias para o lançamento manual de todos os pedidos.
3. CSaúde está orientando que servidores contatem diretamente à Seção de Benefícios para inclusão de cadastro de dependentes quando decorrente de pedido de LPF, quando o ajustado em reunião, sme, foi que a CSaúde, como faz hoje a Secof em relação aos pensionistas de alimentos, encaminharia e-mail com dados e documentação dos dependentes que devem ser cadastrados pela SB para que a CSaúde possa lançar, então, a LPF (atribuir finalidade). Principal dificuldade/justificativa para alteração do procedimento adotado pela CSaúde: SB recebeu pedido de inclusão de pai adotivo e de irmão como dependente, sendo que só haveria possibilidade dessas inclusões se CSaúde confirmar direito à LPF. Ou seja: a SB precisa receber o pedido de inclusão da unidade que defere o pedido.

Sobre o item 1, Zambiasi referiu que há previsão de recebimento de versão com ajuste desse bur o que permitiria o lançamento desses dependentes a tempo de serem incluídas na Folha de abril. Zambiasi falou que não recomenda que os lançamentos sejam feitos diretamente no banco de dados. Eder informou que farão todo o possível para que os efeitos sejam gerados para essa folha ainda. zambiasi avisará Maria Augusta caso a versão não seja recebida até o meio-dia de segunda-feira para que seja contactado o CSJT no sentido de ser agilizada a versão com a correção.

Quanto ao item 2, Zambiasi falou que quando este Redmine for atendido, o TRT4 terá que ajustar as rubricas regionais criadas para o AT.

O item 3 será tratado por e-mail com a CSaúde, uma vez que não há participantes presentes da unidade.

Sobre a classificação das Varas e Postos em gabinete e secretaria, Graziela informou que não foram feitos testes ainda da forma como foi sugerido na última reunião: VT como gab e secretaria abaixo. Os testes serão feitos na próxima semana - SFC/Seama. Graziela ratificou que GECJ e designações dependem diretamente dessa classificação. Falou também do problema do TRT4 não ter microrregiões estabelecidas, no módulo de designações. Seama está em contato para tentar solucionar este problema. Contou, também, que ao designar magistrado para 'atuar', o sistema está alterando como se fosse para 'auxiliar', e, assim, não gera pagamento de GECJ. Abriu

Assyst para que seja verificado se o problema é regional ou se deverá ser aberto Redmine.

Zambiasi reportou que foi liberado acesso ao GEst no dia de hoje, devendo ser ajustado com a Segesp carga de alguns dados.

Sobre o reenquadramento dos agentes de segurança, Zambiasi referiu não haver óbice em serem mantidos os inativos e instituidores de pensão no cargo anterior.

Graziela perguntou sobre o andamento da demanda relacionada ao DE-PARA do eGestão: ocorreu uma reunião e foi confirmada a necessidade de desenvolvimento do DE-PARA. Zambiasi falou que a Nora está trabalhando nesta demanda.

na - não se aplica; nd - não definido